

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL REPUBLICANO

Por uma outra narrativa da História

Coleção Histórias PPGH-UFAL



Michelle Reis de Macedo
Organizadora



Michelle Reis de Macedo
(Organizadora)

POVOS INDÍGENAS NO
BRASIL REPUBLICANO:
por uma outra narrativa da História

Coleção Histórias PPGH-UFAL

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2024

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Imagem da capa: *Brasil Indígena* - Girlan dos Santos Ferreira
Revisão: Os Autores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

P879

Povos indígenas no Brasil republicano: por uma outra narrativa da História / Michelle Reis de Macedo (organizadora) – Curitiba : CRV, 2024.
438 p. (Coleção Histórias PPGH-UFAL, Volume único).

Bibliografia

ISBN Volume Digital 978-65-251-6575-2

ISBN Volume Físico 978-65-251-6574-5

DOI 10.24824/978652516574.5

1. História do Brasil 2. Povos indígenas 3. Direitos indígenas 4. República brasileira
I. Macedo, Michelle Reis de, org. II. Título III. Série.

CDU 94(81:7=5)

CDD 981.00497

Índice para catálogo sistemático

1. Povos indígenas no Brasil – 981.00497

2024

Foi feito o depósito legal conf. Lei nº 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela Editora CRV

Tel.: (41) 3029-6416 – E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

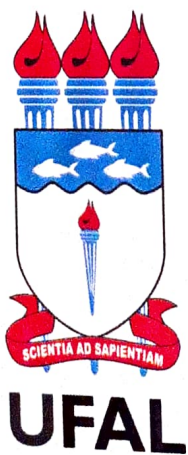
Conselho Editorial:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)
Celso Conti (UFSCar)
Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional
Três de Febrero – Argentina)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
Eduardo Pazinato (UFRGS)
Elione Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
Élsio José Corá (UFFS)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
Gloria Fariñas León (Universidade
de La Havana – Cuba)
Guillermo Arias Beatón (Universidade
de La Havana – Cuba)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)
Josania Portela (UFPI)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Lourdes Helena da Silva (UFV)
Luciano Rodrigues Costa (UFV)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Mariah Brochado (UFMG)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
Sydione Santos (UEPG)
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

Comitê Científico:

Adriane Piovezan (Faculdades Integradas Espírita)
Alexandre Pierezan (UFMS)
Andre Eduardo Ribeiro da Silva (IFSP)
Antonio Jose Teixeira Guerra (UFRJ)
Antonio Nivaldo Hespanhol (UNESP)
Carlos de Castro Neves Neto (UNESP)
Carlos Federico Dominguez Avila (UNIEURO)
Edilson Soares de Souza (FABAPAR)
Eduardo Pimentel Menezes (UERJ)
Euripedes Falcao Vieira (IHGRRGS)
Fabio Eduardo Cressoni (UNILAB)
Gilmara Yoshihara Franco (UNIR)
Jairo Marchesan (UNC)
Jussara Fraga Portugal (UNEB)
Karla Rosário Brumes (UNICENTRO)
Leandro Baller (UFGD)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (UNICENTRO)
Luiz Guilherme de Oliveira (UnB)
Marcel Mendes (Mackenzie)
Marcio Jose Ornat (UEPG)
Marcio Luiz Carreri (UENP)
Maurilio Rompatto (UNESPAR)
Mauro Henrique de Barros Amoroso (FEBF/UERJ)
Michel Kobelinski (UNESPAR)
Rafael Guarato dos Santos (UFG)
Rosângela Aparecida de Medeiros
Hespanhol (UNESP)
Sergio Murilo Santos de Araújo (UFCEG)
Simone Rocha (UnC)
Sylvio Fausto Gil filho (UFPR)
Valdemir Antoneli (UNICENTRO)
Venilson Luciano Benigno Fonseca (IFMG)
Vera Lúcia Caixeta (UFT)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.



FAPEAL
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DE ALAGOAS



PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA - UFAL

Essa obra foi produzida com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) - Edital FAPEAL nº 03/2022 - Apoio a Pesquisas Humanidades.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
<i>Michelle Reis de Macedo</i>	

PREFÁCIO.....	37
<i>Raquel Mota Mascarenhas Pataxó</i>	

PARTE 1 TEORIA, METODOLOGIA E ESCRITA DA HISTÓRIA INDÍGENA

POR UMA ESCRITA DECOLONIAL DA HISTÓRIA: intelectuais indígenas e práticas de pesquisa no tempo presente.....	41
<i>Ivanilson Martins dos Santos Xokó</i>	

“FEMINISMOS” E A CRÍTICA DECOLONIAL À HISTÓRIA DAS [INDÍGENAS] MULHERES.....	63
<i>Verônica Araújo Mendes</i>	

DOS CAMINHOS DA MEMÓRIA AÇÃO: o Centro de Referência Virtual Indígena na luta por justiça histórica e reparação.....	79
<i>Ana Zema Marcelo Zelic</i>	

REESCREVER E CONTRACOLONIZAR A HISTÓRIA PELO PROTAGONISMO DA (RE)EXISTÊNCIA INDÍGENA.....	97
<i>Casé Angatu</i>	

PARTE 2 PROJETOS DE COLONIALIDADE, IMPACTOS NA VIDA DOS POVOS INDÍGENAS E SUAS (RE)EXISTÊNCIAS

A ESCOLA COLONIAL E O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS: representações do campo interétnico em contextos coloniais e pós-coloniais no início do século XX.....	109
<i>Carlos Benítez Trinidad</i>	

TURIAÇU-GURUPI ENTRE AGÊNCIAS INDÍGENAS E PROJETOS DE TUTELA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX.....	129
<i>Liana Rayssa Mota Amorim</i>	

POVOS INDÍGENAS E A EXPANSÃO AGRÁRIA EM SÃO PAULO NO ALVORECER REPUBLICANO.....	149
<i>Soraia Sales Dornelles</i>	

A FUNAI E OS POVOS INDÍGENAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR:
o caso das Certidões Negativas 167
Gabriel Fonteles

"ARREPIOS" DA MEMÓRIA KRENAK: o Reformatório Indígena e a
perspectiva de reparação 185
Girley Krenak (Girley Batista Santana)
Patricia Falco Genovez

TERRA EM DISPUTA: os impactos do Projeto Calha Norte no genocídio
Yanomami (década de 1980) 201
Carolina Maria Albuquerque de Lima

DO OUTRO LADO DO RIO MADEIRA: lugares invisíveis 213
Márcia Mura - Tanãmak

PARTE 3

RESISTÊNCIAS E (RE)EXISTÊNCIAS INDÍGENAS EM RETOMADAS

DE CABOCLOS A XOKÓ: retomada e ressurgimento de indígenas em
Sergipe nos anos 1970 225
Ianara Apolonio Rosa Lima Xokó

INDÍGENAS EM RECONQUISTA: conflitos e reivindicações Xukuru-Kariri
em Palmeira dos Índios-AL (séculos XX e XXI) 245
Mary Hellen Lima das Neves

IMAGENS E NARRATIVAS: representações da experiência Kalankó no
Alto Sertão alagoano na transição do século XX para o XXI 271
Vinicius Alves de Mendonça
Pedro Abelardo de Santana

POR UMA TERRA SEM CONFLITOS: uma breve análise da história dos
Fulkaxó em Sergipe 293
Carine Santos Pinto

PARTE 4

RESISTÊNCIAS INDÍGENAS: movimentos e organizações contra a colonialidade e o autoritarismo

AS ASSEMBLEIAS INDÍGENAS COMO ESPAÇO DE REIVINDICAÇÕES:
a crítica dos povos originários às políticas indigenistas da ditadura civil-
militar (décadas de 1970 e 1980) 309
Matheus Henrique Pereira Ayres Cândia

HISTÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS: avanços e desafios para o presente e o futuro dos povos originários nos séculos XX e XXI..... 321
Flávio de Carvalho Juruna – Aptsi'ré

POVOS INDÍGENAS NA CONSTITUINTE: territórios, autonomia e reconhecimento como direitos permanentes (1985-1988)..... 335
Michelle Reis de Macedo

INDÍGENAS MULHERES NA POLÍTICA: a participação de Maninha Xukuru-Kariri na Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (1990-2006)..... 355
Ana Valéria dos Santos Silva

PARTE 5 (RE)EXISTÊNCIAS INDÍGENAS PARA O BEM VIVER

RELATO DE UMA INDÍGENA XUKURU DO ORORUBÁ NA UNIVERSIDADE..... 377
Ana Clara Barbosa de Oliveira Xukuru do Ororubá

HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA DO POVO KAMBIWÁ: o protagonismo de uma jovem mulher indígena 385
Jaqueline Gomes de Moura Kambiwá – Kûnã

A CULTURA ALIMENTAR GUARANI E KAIOWÁ: produção de kokue que alimenta..... 397
Elemir Soare Martins Guarani Kaiowá

ATIVIDADES PRODUTIVAS INDÍGENAS: o caso do doce de banana produzido pelos Xukuru-Kariri 407
*Vinicius Castro Moreira da Silva
José Adelson Lopes Peixoto*

ÍNDICE REMISSIVO 425

SOBRE A ORGANIZADORA E OS AUTORES..... 431

“ARREPIOS” DA MEMÓRIA KRENAK: o Reformatório Indígena e a perspectiva de reparação

*Girley Krenak (Girley Batista Santana)
Patrícia Falco Genovez*

Esse texto materializa uma parceria de escrita que se desdobrou em um desafio duplo: primeiro, porque não é nada fácil para um Krenak tocar num tema tão difícil quanto o Reformatório Indígena Krenak; o que trouxe não só lembranças, mas um sentimento que se manifestou fisiologicamente, no arrepio da pele. Em alguns momentos da nossa conversa, Girley revelava o arrepio incontornável e ao mesmo tempo o desejo não só de compreender, mas de narrar e registrar a própria história e, claro, sua cultura. Segundo, também não é nada usual para uma historiadora de ofício elaborar um texto como esse. Em geral, a academia nos exige um certo distanciamento e há quem diga, ser não só possível quanto desejável, uma certa neutralidade, em relação a testemunhos e fontes com as quais trabalhamos. Nesse caso, nada disso pode ser razoavelmente considerado. Girley se coloca ao mesmo tempo como testemunha que, ao montar um quebra-cabeça da própria história, “sofre” ao desvelar detalhes de uma vivência do seu povo que, até então, permanecia inalcançável. Portanto, organizaremos o capítulo a partir da narrativa sobre o Reformatório, a reparação que vem sendo discutida e, posteriormente, um novo olhar histórico sobre esse evento.

Ser preso por pintar o corpo, dançar e falar na Língua Borum? Memórias de Girley Krenak

Minha mãe viveu no período que o Reformatório funcionou. Ela era adolescente. Não chegou a ficar no Reformatório. Ela conta que se um indígena saísse do Posto Indígena para ir à cidade, para fazer compra, comprar algum remédio ou por alguma outra necessidade os guardas do Posto autorizavam a saída e entregavam um papelzinho com o horário de saída e de retorno. Quando o indígena retornava, o guarda cheirava para ver se havia sido consumido alguma bebida alcoólica. Se, por acaso, antes do horário marcado para retorno com cheiro de bebida alcoólica, era preso; se chegasse depois do horário previsto para o retorno, independente de não ter consumido bebida alcoólica, era preso do mesmo jeito. Era considerada uma infração da lei do

Posto e era levado para o Reformatório. Assim, os indígenas que estavam no Posto eram vigiados o tempo todo. Se falasse qualquer palavra na linguagem (língua Borum falada pelos Krenak) era preso, se acendesse uma fogueira e começasse a contar as histórias antigas para os filhos, também era motivo de prisão. Não podia cantar na linguagem, não podia falar; tudo que fosse relativo à cultura indígena, levava à prisão. O nome Reformatório, que também era chamado de Centro de Reeducação Indígena Krenak, deve ser porque queriam reformar a cultura indígena. Eram punidos por falar na língua e por fazerem qualquer tipo de dança. A língua era o principal. Não havia autorização. Tenho um tio também, ainda vivo, que foi preso nesse Reformatório. Junto com outros indígenas foi torturado. Alguns foram obrigados a trabalhar no plantio para sustentar os outros presos e os familiares dos militares que serviam no Reformatório. Foi muito sofrimento nessa época.

A gente sempre conversa a respeito do Reformatório. Não estou lembrado agora da data, mas eu era jovem ainda e, com outras crianças, brincava nas ruínas do Reformatório. Foi lá que fizemos a nossa primeira dança. Foi quando me pintei pela primeira vez. Durante o período militar não podia mais, assim que acabou [a ditadura militar] fizemos a nossa primeira dança perto desse prédio onde funcionou o Reformatório.

Na década de 1990, o Waldemar Adilson, conhecido como Nadil, retornou para a aldeia Krenak. Ele havia ido embora pra Vanuíre¹, junto com outros indígenas, durante o exílio que aconteceu na década de 1950 – 1970. Ao retornar para Krenak, junto com outros indígenas que voltaram com ele e com os que já estavam morando na aldeia, resolveram fazer uma manifestação cultural e relembrar a ancestralidade. Reuniu homens, mulheres e crianças, e começaram a buscar taboa (planta que dá no brejo e em volta de lagoa) para fazer as tangas (saias e bustiê) e buscar jenipapo e urucum, usados para pintura corporal. Os homens e os meninos vestiram um calção vermelho, as mulheres vestiram saias feitas com a taboa. As pinturas foram feitas nos homens e mulheres e nas crianças. Foi uma festa inesquecível. As pinturas e as vestimentas foram feitas coletivamente, todos auxiliaram. Foi uma grande alegria aprender a fazer artesanatos, se pintar, aprender os cânticos e a língua indígena; aprender como que meus antepassados viviam. Esse dia foi inesquecível, tanto para mim quanto para meus parentes, pois ali estava renascendo ou sendo resgatada uma cultura esquecida ou adormecida devido aos maus tratos causados pela sociedade não indígena. Desde esse dia, as coisas mudaram de rumo, porque mesmo passando por algumas opressões, racismo e preconceitos; mesmo perdendo parte de nosso território novamente, nós estávamos fortalecidos, pois

1 Posto Indígena Vanuíre, hoje Terra Indígena Vanuíre, localizada no município de Arco-Íris-SP a quase 1.300km de distância de Resplendor.

...nossa cultura tinha sido despertada dentro de nós, nossa ancestralidade (os comentários) estava ali nos protegendo e dando força para gente vencer. Passamos a fazer artesanatos para vender nas manifestações culturais em escola, shopping, outros lugares e entre outros lugares. Essa renda somava junto com a venda da pesca e da colheita de produtos agrícolas que plantávamos.

O Reformatório ficava no lugar mais plano da aldeia. Foi nesse evento de retomada da nossa cultura que ouvi pela primeira vez os comentários sobre o que havia ocorrido naquele prédio. Nós estávamos dançando e ouvindo os comentários. Minha mãe falou desse Reformatório; como que era, o que fizeram com os indígenas. Lembrou de Joaquim Grande e de outros indígenas que ficaram presos ali. Foi uma conversa no momento em que estávamos voltando a ter a nossa cultura de novo, voltando a dançar e a pintar; aprender a falar na língua. Foi, então, que ela comentou que alguns foram para outros lugares, nós que ficamos aqui, fomos proibidos de fazer tudo isso. Essa primeira conversa aconteceu mais ou menos na década de 1980, chegando em 1990. A escolha do lugar foi porque a gente não tinha espaço, não tinha terra. A gente tinha 120 hectares, desses perdemos 60 hectares. Perdemos a nossa escola e a nossa farmácia.

Nessa época, eu e mais alguns alunos, em torno de 30 alunos, fomos estudar em um curral; estávamos num processo de demarcação de terra, junto com a Antropóloga Maria Ilda [Baqueiro Paraíso], fazendo esse pedido junto ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) para ter a nossa terra de volta. Nesse momento, vieram o pessoal de São Paulo que era dos Krenak que tinham ido embora nos exílios, encorajando a retomada da cultura, a praticar a língua, a dança. Foi um reviver da nossa cultura naquela época. Porque os que viviam em Krenak ainda estavam medo.

Depois desse momento, um tio meu tentou alavancar a cultura, buscando o conhecimento para trazer para dentro da aldeia; foi morto a mando de fazendeiros. Por isso, tanto medo. Foi nessa época, entre 1989-1990. Pode ser que minha mãe tenha comentado essa história nas entrevistas que foram dadas ao pessoal do Cimi. Eu era muito novo ainda, então, ela não tinha comentado comigo desse assunto. Mas, quando eu ouvi essa história, pude saber do tamanho da barbárie que foi, do tamanho da covardia; foi muito covarde o que fizeram. Ser preso porque fala uma outra língua? Ser preso porque se pinta. Fiquei receoso. Quando menino, fiquei me perguntando como aconteceu isso. Fiquei muito triste, como deixaram isso acontecer. Até hoje, arrepio todo quando lembro dessa conversa. Até hoje, a gente faz reunião e não confia em Funai, não confia; não confia em todo mundo que vai lá dentro da aldeia; quando iam universitários fazerem alguma pesquisa, a gente não dava muita informação, com medo pelo que já aconteceu. A Funai foi uma das principais,

aliás, foi a principal que enganou o povo e tirou de lá. Todo mundo ficava com medo e minha mãe falava pouco comigo. Mas dá um arrepio e passa umas coisas diferentes na cabeça. Se acontecesse hoje, a minha mentalidade é assim, a gente dá a vida mesmo; é matar ou morrer, não tem como. Pode até acontecer depois que a gente morrer, mas em vida a gente dá o sangue para que isso não aconteça de novo.

Minha mãe era jovem, adolescente. Perdeu a mãe quando era recém-nascida, e o pai era daqueles índios mais velho, bebia, gastava o dinheiro de qualquer forma. Ainda muito nova perdeu o pai, que foi enterrado em Governador Valadares como indigente, não sabemos nem onde foi enterrado. Cresceu nas casas de outras pessoas, viveu de favor, trabalhando, lavando e passando, cozinhando, tomando conta de filho de outros para poder se manter. Viveu um tempo com a minha tia que cuidou dela. O irmão da minha mãe ficou no Reformatório, o tio João, ele era conhecido como João Bugre. Ele falava pouco sobre o Reformatório. Minha mãe é que conta que judiavam muito dos índios lá dentro. A gente conversava muito, mas não perguntei para o meu tio sobre esse assunto. Parece que eles evitam falar disso; não toca no assunto de como foi lá dentro, o que eles fizeram com os índios, pelo medo de falar e até pelo fato de sentir isso como desonra. Fala só mais superficial sem entrar muito em detalhes. Uma vez eu ouvi um moço falando do Reformatório. Ele também esteve preso lá. Estava falando que o rio inundou o local, pegou o reformatório também e começou a chorar e não conseguiu falar o que tinha acontecido. Só disse que sofreu muito ali, mas não comentou mais nada e só chorava, chorava. A gente ficou sem saber o que fazer, abafamos o caso para não arranhar mais a memória dele.

Naquele reformatório estiveram presas outras etnias além da Krenak. Recente faleceu um Xerente. Ele veio de outra etnia. Alguém comentou que ele havia cometido um crime lá na região dele por questão familiar. Trouxeram ele para o Reformatório. Ele ficou preso. Depois soltaram, por aqui ele ficou, casou com uma Krenak e constituiu uma família. Não sei se ele não foi embora porque não soube o caminho. O Krenak misturou com Pataxó que ficou preso no Reformatório, com alguns Maxakali, teve esse Xerente também. Teve também casamento de Krenak com Fulni-ô. Esse Fulni-ô era um senhor bem antigo, ficou preso no Reformatório e morou em Krenak um tempo. Tem um velhinho, com a cabecinha branquinha, na foto de Krenak que é Pankararu que também esteve no Reformatório. Seu Antônio Pankararu, conheci ele. Teve também Terena e Kaingang no meio dos Krenak, eu conheci. Esse pessoal de outra etnia começou a viver do jeito do Krenak. Porque nós, junto com os outros, era obrigado a viver sem cultura. Eu nasci em 1979. Nessa época, minha mãe já não podia me ensinar muita coisa, nem ao meu irmão

mais velho. Ela também estava receosa de ensinar. Os outros que voltaram do exílio ainda tinha medo de falar na língua e continuar preso. Foram desatulturando. O seu Antônio Pankararu ele conseguiu ensinar e curava agente de cobreiro, espinhela caída, ele fazia as benzeções em casa; ele conseguiu manter alguma prática, mas só isso, sem falar a língua dele. No momento em que ficaram preso, perderam a cultura. Não tinha muito o que fazer.

Na aldeia indígena Pataxó, conhecida também como Fazenda Guarani, na cidade de Carmésia – MG, existe uma casa que também foi um Reformatório, onde os indígenas também foram presos. Minha mãe também foi exilada lá e levada para Maxakali². Depois, ela e outros parentes voltaram para Krenak. Os Krenak não eram bem vistos entre os outros indígenas. Mesmo sendo indígena, a gente não pertence a outro território e não mistura muito. Minha mãe fala pouco sobre esse tempo, só lembra que não foram bem recebidos porque foram levados pra lá a força. Por isso, voltaram. Além da minha mãe, foram meu tio Nego [José Alfredo – cacique na época], tio João, tio Humberto, tio Augusto. Os irmãos da minha mãe tudo foram pra lá; todos passaram pela Fazenda Guarani. Depois que voltaram em definitivo para Krenak é que eles espalharam. Tio Humberto morreu no trilho. Ele foi para um movimento em Belo Horizonte para conseguir as nossas terras de volta. Ele chegou em Krenak, sentou no trilho e passou o trem de minério. Ele saiu daquele lado e sentou do outro e não ouviu o barulho que estava passando o trem de passageiro. Matou ele no trilho. Depois o tio Augusto foi assassinado. Foi espalhando a família. Mas, eles estiveram na Fazenda Guarani³ e na Fazenda Maxakali. Quando chegou em Krenak eles saíram. Em 1979, meu irmão já tinha dois anos, minha mãe foi para Colatina porque Krenak não tinha condições e Governador Valadares era mais difícil. Ela foi para Colatina e eu nasci lá. Quando passou a enchente, ela retornou para Krenak, foi só para o meu nascimento, porque não tinha condições, não tinha mais parteiras e pouca gente em Krenak. Não tinha recurso. A gente também não tinha muito crédito em Resplendor. Na cidade, ninguém gostava da gente. Quando a gente chegava na cidade [Resplendor], era como se chegasse um bando de bicho. Isso eu já estava grande, com 13 para 14 anos. A gente não era bem vista. Eles não gostavam da gente não. Eles achavam que a gente é que estava roubando a terra dos parentes deles, porque a gente queria a terra, mas não tinha dinheiro para poder produzir e trazer retorno para a cidade.

Eu acompanhei alguma coisa dessa reparação, muito pouco, porque é uma reparação coletiva. O que estamos buscando hoje, no coletivo, é o processo

² Em terras Maxakali, na parte denominada Água Boa, foi estabelecido um Posto Indígena em 1940. A aldeia se localiza entre os municípios de Santa Helena de Minas e Bertópolis.

³ A Fazenda Guarani se localiza no município mineiro de Carmésia.

de demarcação. Nós precisamos desse processo de demarcação porque nosso território já está pequeno para a quantidade de pessoas que tem hoje. Porque como teve os exílios foram poucas pessoas embora, mas lá eles cresceram, constituíram família, com netos e netas. Hoje, nós temos muita gente na aldeia e um dos nossos objetivos na reparação coletiva é a demarcação dos Sete Salões⁴ que é uma reivindicação nossa. Tá uma briga até bonita. O território indígena é federal e o Parque é Estadual e a Vale está entre o fogo cruzado entre nós e o Estado [governo federal] e o governo estadual para ver quem é que vai indenizar os posseiros que estão vivendo no parque para poder passar a ser terra indígena. Uma das ideias dessa reparação coletiva é um dos principais objetivos que é a demarcação desse território.

Meu pensamento é que esse pedido de desculpa público não implica em muita coisa. É meio enganoso. Não desceu na garganta esse pedido de desculpa. Se me desculpa? É muito fácil, cada um no seu caminho... não vejo muito dessa forma não. Acho que tem muita coisa para levantar e olhar melhor o que precisa ser feito. Essa demarcação é um território sagrado pela questão das grutas e das pinturas rupestres, tem histórias de refúgio dos índios lá também: ficaram á refugiados das opressões. É um lugar que tem grande parte da matéria prima para artesanatos, elementos importantes da nossa cultura. Então, deve ser um processo de reparação nesse sentido. Se é um parque porque não ser o nosso território. Nosso pensamento, nossa conversa aqui na aldeia de reparação são isso. Esse pedido de desculpa, de que está tudo bom fica tudo fácil. É mais do que isso. O que aconteceu com a cultura Krenak, um pedido de desculpa é muito pouco. Hoje estava lendo sobre o governo português que reconheceu o erro da escravização de negros africanos, muito criticando a fala dele. Esse pedido de desculpa tem que ter algum tipo de compensação. Esse território faz parte do povo Krenak e o governo pegou para ser como compensação ambiental para construir uma usina hidrelétrica que cortou o curso do rio, veio outros impactos... isso é o mínimo. O parque foi criado para suprir uma necessidade de uma reparação ambiental da usina hidrelétrica de Aimorés. Eles fizeram os estudos que constataram que impactou a comunidade Krenak, principalmente no curso do rio que deixou de ser corrente e passou a virar um lago. Passou a ter um processo todo diferente tanto dos peixes como dentro da própria comunidade. Então, criaram o parque estadual que é um território Krenak que eles buscaram compensar uma coisa da cultura Krenak.

Essa reparação se faria primeiro pelo espaço territorial que vai abrir mais o nosso território que está pouco porque o pessoal de São Paulo que

4 Parque Estadual, desde 1998, abrangendo os municípios Resplendor, Santa Rita do Itueto, Conselheiro Pena e Itueta. Possui remanescentes da Mata Atlântica e uma gruta arenítica com salões que podem ser percorridos.

está voltando. Outro fator importante é a questão cultural. Os Sete Salões, que hoje é um parque estadual, ele é um território sagrado dos Krenak. Tem uma história do pessoal mais antigo que conta das idas deles para esse lugar buscar matéria prima para fazer artesanatos, refugiar na gruta. Um dia estava subindo lá, com o seu Eclides. Ele pegou uma planta, arrancou uma folha. Eu não conhecia aquela planta. Ele arrancou um pedacinho e mandou a gente comer. Começou a adormecer a boca. Ele nos disse que se comêssemos uma grande quantidade daquela planta vai adormecer até o estômago. Isso foi usado quando alguns índios ficaram refugiados eles comiam essa planta para não sentir fome. É a planta João Brandim, que em um efeito anestésico. Do nada, ele pegou aquela folha e entregou para gente. Tinha muito tempo que o seu Luiz não ia lá. Quando ele subiu lá ele era criança ainda. Depois ele foi levado para São Paulo e depois para Mato Grosso. Ele era um dos que voltou para Krenak. Esse território é parte da nossa cultura, é do povo Krenak. É uma questão cultural, espiritual, nossa ancestralidade, nosso artesanato está tudo ali. Por isso deve ser uma reparação coletiva. É importante por causa disso.

A Funai de Brasília, junto com a Ministra já estão com os documentos. Já estão analisando. O que ainda está pendente é a indenização para os posseiros. Continua a briga com a prefeitura e o pessoal da cidade que tem terra lá também está brigando, movendo ações em Belo Horizonte, para manter as terras. Tem uma conversa que saiu nas redes, nem sei se tem relação com a reparação. A UFJF está desmembrando de JF e eles estão propondo, entre os nomes, o Watu (rio Doce). Parece que faz parte de uma ideia de reparação. Mas, isso não está resolvido porque tem que passar por uma plenária. Há também um pessoal que está voltando do Acampamento Terra Livre (APL) que acontece todo ano e devem falar algo sobre a reparação.

O Reformatório Indígena Krenak e a reparação coletiva a partir do “arrepio” da memória

O tema do Reformatório Indígena Krenak já foi alvo de estudos que envolveram aspectos psicossociais, históricos-antropológicos e jurídicos; assim como, esteve presente em inúmeras mídias. No caso das pesquisas, emergem informações e contextos que transitam entre documentos oficiais e testemunhos recortados de falas obtidas a partir de entrevistas com o povo Krenak. São contribuições valiosas sobre uma temática ainda pouco estudada (Barreto; Eiterer, 2015; Corrêa, 2003; Ferreira, 2018; Gonçalves, 2017; Santos, 2022; Dias Filho, 2015; Valente, 2017; Rezende, 2014).

No caso desse capítulo, a narrativa de Girley Krenak nos convida a uma aproximação ao termo “contrapelo” da história, de Walter Benjamin e, em

tempos mais atuais, no que poderíamos enquadrar como descolonialidade. A expressão de Benjamin, proposta pelo autor em 1940, pode ser atualizada e nos aproximar do arrepio sentido no momento do testemunho (Benjamin, 1994; Mate, 2011). Pensar a história a partir desse “arrepio da memória” implica em posicioná-la enquanto reflexão e vivência de eventos que não estão congelados no passado, mas estão sempre no tempo presente, manifestando-se até fisiologicamente em corpos que ainda sentem, na pele, a opressão. Não há, portanto, um passado histórico estático, nesse caso. Uma vez revolvido, o passado emerge e traz à tona vestígios de uma história que, em que pese todos os esforços para apaga-la, teima em se manifestar.

A narrativa e o testemunho sobre o Reformatório, expressos no item anterior, fornecem dimensões que os documentos oficiais não registraram e talvez possa nos ajudar a compreender o desejo de reparação pretendido pelo povo Krenak. Visto que seria inviável uma análise detalhada de toda narrativa – e, nem mesmo seria o nosso objetivo aqui –, propomos uma reflexão conjunta que nos envolve em uma imersão na história Krenak, a partir do destaque de alguns trechos na narrativa de Girley Krenak.

Tomemos como primeiro destaque: “Não podia cantar na linguagem, não podia falar; tudo que fosse relativo à cultura indígena, levava à prisão. O nome Reformatório deve ser porque queriam reformar a cultura indígena”.

Numa aproximação pela empatia, nosso envolvimento com a história Krenak pode se dar a partir de alguns questionamentos. Como compreender o mundo sem o uso da própria língua? Como compreender a si mesmo sendo obrigado a se expressar em outra língua desconhecida? Ou, em outros termos, poderíamos imaginar nos colocarmos no lugar do povo Krenak? Seria possível pensarmos o mundo à nossa volta utilizando-nos da Língua Borum – da qual não temos qualquer domínio? Como seria estar no mundo sem nossas crenças espirituais, nossos lugares sagrados, nossas referências aos antepassados, proibidos de contar nossas histórias, de cantar e dançar? Ser preso pelo simples fato de não conceber uma dada percepção de tempo cronológico e não reconhecer um outro tipo de marcação das horas? Imagina ser torturado, humilhado publicamente diante de seu povo e ser obrigado a viver com outros valores? Será que conseguiríamos alcançar a dimensão de tamanha violência? Você sobreviveria a essa violência? O povo Krenak sobreviveu. Uma sobrevivência que precisa ser vida novamente.

Estamos falando do que ocorreu no Reformatório Indígena Krenak, mas não podemos perder de vista que ocorreram outros momentos em que o povo Krenak vivenciou ameaças à sua cosmovisão e ao seu modo de ser-estar no mundo. Momentos que antecederam à existência do Reformatório e que se apresentaram posteriormente a ele. Dentre os antecedentes, temos vários pontos

críticas que trouxeram implicações para desagregação cultural desde a Guerra Civilista aos Botocudos ainda no século XIX às disputas de terras no território Krenak e a construção do Posto Indígena Guido Marlière, nas primeiras décadas do século XX. Houve também um deslocamento forçado de grupos de Krenak para o Posto Maxakali, em fins dos anos 1950. A partir do que foi contado sobre sua família, Girley Krenak teve conhecimento de que seus parentes foram sendo levados aos poucos. Ressaltamos que em algumas pesquisas e publicações a data desse deslocamento apresenta variações entre os anos 1953, 1957 e 1958. Para não correremos o risco de enfocarmos uma “história única” (Adichie, 2019), manteremos a memória da família de Girley Krenak referente ao ano de 1958, ocasião em que esse deslocamento colocou sua família em contato direto com a etnia Maxakali, rivais tradicionais.

Havia permanecido em Krenak um pequeno grupo com algumas mulheres grávidas ou que estavam de resguardo, como ocorreu com a sua avó. Pela narrativa da história familiar, Girley ouviu de sua mãe que sua tia e sua avó foram exiladas para Maxakali em 1958. Logo em seguida, elas foram levadas pelo seu tio Luiz para a Fazenda Guarani (Carmésia/MG). Este tio seguiu para Rio Bananal, em Mato Grosso, de onde não retornou.

Não se tem, ao que parece, uma única versão sobre esse deslocamento, visto que os Krenak não foram deslocados todos juntos, retornando também numa determinada data; ou seja, são vivências de espaço-tempo distintas. Sua história familiar também traz a narrativa do retorno da Fazenda Guarani, em 1959, quando sua família, junto com um grupo de Krenak, saíram de Carmésia e voltaram para seu território em Resplendor, levando 95 dias. Foi uma caminhada difícil visto que muitos estavam doentes. Sabe-se, também, que um pequeno grupo saiu de Maxakali em direção à Governador Valadares e depois seguiu de volta para Krenak, em Resplendor. Parte dos Krenak permaneceu em Maxakali⁵.

No retorno dos deslocamentos forçados foram confrontados com o arrendamento de suas terras, perda da floresta, da fauna e flora existente. Após uma década, sofreram a experiência traumática do Reformatório (1969-1972). Cabe aqui realçar que 4.000 hectares do território já tinham sido legalmente

⁵ Há diferentes datas referentes ao deslocamento Krenak para o Posto Maxakali. As conversas de Girley Krenak com seus parentes mais próximos nos levaram a considerar que os eventos do primeiro deslocamento forçado não podem ser enquadrados numa única datação ou narrativa. Optamos por manter a data que emergiu da memória do que fora vivenciado pela sua família. Ao que se depurou dos testemunhos, pequenos grupos foram retirados de Krenak pelo SPI e levados para o Posto Maxakali em momentos distintos. Após esse deslocamento, alguns foram encaminhados pelo SPI para Carmésia, mas há casos em que indivíduos ou pequenos grupos decidiram ir para outros lugares por conta própria. Provavelmente, essa seja a dificuldade em datar precisamente esse deslocamento, visto que não há uma narrativa que possa unificar as diferentes vivências e nem documentos oficiais do SPI capaz de rastrear os variados percursos.

garantidos em 1971, porém, em função de uma negociação promovida pelo Capitão Pinheiro (SPI) com o governo de Minas Gerais, o povo Krenak acabou sendo transferido, alguns algemados, para a Fazenda Guarani/Carmésia-MG, com os mesmos moldes do aprisionamento anterior, porém com uma suposta acolhida para problemas mentais. De lá, retornaram em 1980 e iniciaram uma luta pela retomada de seu território (Azola, 2021; Baeta e Mattos, 2007; Reis; Genovez, 2013; Paraíso, 1989 e 2014; Soares, 1992). Por fim, a morte do Watu (considerado um parente ancestral) com o rompimento da barragem de Fundão e o despejo de milhões de metros cúbicos de rejeito de minério no rio Doce, ocorrido em 2015 (Fiorotti; Zaneti, 2017). Portanto, as questões expostas acima e que nos convidam a um movimento de empatia nos falam e, ao mesmo tempo, calam fundo as incalculáveis perdas culturais, humilhações e opressões que se repetiram em suas trajetórias e, uma vez testemunhados, provocariam outros incontáveis arrepios na memória. Como seria viver com arrepios constantes na memória?

A princípio, no caso específico do Reformatório Krenak, seriam detidos aqueles indígenas que haviam cometido algum tipo de delito ou crime que necessitassem passar por um processo de reeducação; fato em si mesmo já questionável. Entretanto, a proposta do Reformatório, em meio aos vários tipos de desvirtuamento que geraram desvios, torturas e corrupção, acabou cumprindo uma missão desumana: passou a reformar gente, reformar a população originária de diversas etnias e, no caso particular, o povo Krenak. A “reforma humana” incluía a intervenção policial em casos de roubos, homicídios, uso de bebida alcoólica e vadiagem a partir de valores e aspectos legais ocidentalizados, padronizados por uma racionalidade moderna destinada a apagar qualquer vestígio de uma ancestralidade de raízes pré-modernas (Benjamin, 1994; Han, 2021). A palavra de ordem era o progresso da região, transformando o território Krenak em terra que foram arrendadas para terceiros. Os “arrepios da memória” de Girley Krenak foram capazes de dar sentido àqueles eventos que não estão escritos nos livros de história e conseguiram trazer de volta os parentes mortos, torturados e oprimidos, tanto no Reformatório quanto na Fazenda Guarani. A partir de agora, dos estudos que veem sendo feitos, a luta pela memória deles também passa a ser uma luta pela inclusão da dor e do sofrimento na narrativa histórica da região; um desejo e uma consciência já manifestados em várias entrevistas concedidas por Douglas Krenak.

Em outro trecho, Girley Krenak fala de sua primeira dança...

Não estou lembrado agora da data, mas eu era jovem ainda e, com outras crianças, brincava nas ruínas do Reformatório. Foi lá que fizemos a nossa primeira dança. Foi quando me pintei pela primeira vez.

Durante o período militar não podia mais, assim que acabou [a ditadura militar] fizemos a nossa primeira dança perto desse prédio onde funcionou o Reformatório. [...] O Reformatório ficava no lugar mais plano da aldeia. Foi a primeira vez que ouvi comentários sobre o que havia ocorrido naquele prédio. Nós estávamos dançando e ouvindo os comentários. Minha mãe falou desse Reformatório, como que era, o que fizeram com os indígenas. Lembrou de Joaquim Grande e de outros indígenas que ficaram presos ali. Foi uma conversa no momento em que estávamos voltando a ter a nossa cultura de novo, voltando a dançar e a pintar; aprender a falar na língua. Foi, então, que ela comentou que alguns foram para outros lugares, nós que ficamos aqui, fomos proibidos de fazer tudo isso. Essa primeira conversa aconteceu mais ou menos na década de 1980, chegando em 1990.

Já num contexto de Redemocratização, depois de passarem pela experiência do Reformatório (1969-1972) e do deslocamento forçado para a Fazenda Guarani, localizada em Carmésia/MG, o povo Krenak inicia um processo de retorno ao pouco que restou do seu Território Sagrado, agora entremeadado por fazendeiros, imersos numa territorialização precária e atravessados por uma transterritorialidade constituída ao longo dos deslocamentos forçados (Reis; Genovez, 2013; Haesbaert, 2021). Retornam ao mesmo lugar onde foram forçados a deixar suas práticas culturais e promovem uma espécie de reconexão espaço-temporal com seu território e sua ancestralidade diante das ruínas do Reformatório. Inicia-se, assim, um longo processo de retomada cultural e reencantamento do mundo. Esse processo ainda não terminou; muito pelo contrário, ainda vem sofrendo golpes dramáticos. Nesse percurso de memória, Girley e seu povo têm reafirmado a importância de (re)existir, ouvindo o silêncio dos parentes presentes e ausentes (Haesbaert, 2021). Procuram na multiplicidade de arrepios conter a lógica do progresso que continuamente os invade e vitimam, nos embates que os levam a pintar o corpo e a dançarem nos trilhos da Vale. Retomam um passado em aberto, com muitas histórias a serem contadas e descobertas. Talvez, por isso, nunca se sentem vencidos, escolhem fazer rituais diante das ruínas daqueles que um dia se pensaram vencedores (Han, 2021). As ruínas do Reformatório denunciam que o modelo político ditatorial, pautado pelo Estado de Exceção, ainda continua a disseminar a lógica moderna e, agora, neoliberal que insiste em apostar na criação de vazios: vazios culturais, vazios da linguagem, vazios do rio, vazios da floresta inexistente, vazio territorial, entre tantos outros vazios, inclusive o da alma, destinada a desaparecer frente a primazia do progresso tecnológico e ao contínuo processo civilizatório iniciado pelo Serviço de Proteção aos Índios, de cunho positivista, implantado desde 1910 (Han, 2021).

A reparação da qual a narrativa de Girley Krenak nos fala remete a uma cosmovisão identificada na etnografia de Curt Nimuendajú (2018), nos anos 1940.

Essa reparação se faria primeiro pelo espaço territorial que vai abrir mais o nosso território que está pouco porque o pessoal de São Paulo que está voltando. Outro fator importante é a questão cultural. Os Sete Salões, que hoje é um parque estadual, ele é um território sagrado dos Krenak. Tem uma história do pessoal mais antigo que conta das idas deles para esse lugar buscar matéria prima para fazer artesanato, refugiar na gruta.

A necessidade de retomada de um Território Sagrado, hoje denominado como Parque Sete Salões, ainda demonstra que, para além da necessidade de terras para a sobrevivência da aldeia, há um estreito vínculo com a ancestralidade. Local de resistência dos antigos Krenak e, hoje, de (re)existência das novas gerações, é também uma reconexão com um espaço-tempo onde a existência só poderia ser pensada num entrelaçamento cósmico envolvendo todos os entes: humanos, a natureza, o planeta e as estrelas, sem uma separação definitiva com os ancestrais (marét) em seu território (Reis; Genovez, 2013; Haesbaert, 2021). Podiam dialogar com os marét, transmutar-se em animais, obter o sustento com os frutos do seu território e dar vivacidade à sua cultura, com seus rituais, artesanatos e ancestralidade (Nimuendajú, 2018). Essa forma de experienciar um outro modo de ser-estar no mundo traz novos embates à racionalidade moderna, que os permite adentrar o Parque Sete Salões para escutar o que os marét têm a dizer; receber ensinamentos e obter os medicamentos para cura de seus males; reconstrói memórias destruídas pelas guerras, diásporas, exílios, encarceramentos e outras tantas tentativas de apagamentos, numa revitalização da dimensão ancestral. Essa, de fato, seria a reparação pretendida pelo povo Krenak, o retorno ao seu Território Sagrado e o respeito aos “arreprios da memória”.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma História Única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AZOLA, Fabiano André Atenas. *A Guerra dita Justa que nunca acabou: uma contra-história Krenak*. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BAETA, Alice Motta; MATTOS, Izabel Missagia de. A Serra da Onça e os índios do Rio Doce: uma perspectiva etnoarqueológica e patrimonial. *Habitus*, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 39-62, jan./jun. 2007.

BARRETO, Marcos Rodrigues; EITERER, Edylane. Memórias indígenas na Ditadura: cárcere e tortura no Reformatório Krenak. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7.; ENCUESTRO DE GEOHISTORIA REGIONAL, 35.; SEMANA DE HISTÓRIA, 20. Maringá, 2015. *Anais [...]*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015. p. 2673-2685.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CORRÊA, José Gabriel Silveira. A proteção que faltava: o Reformatório Agrícola Indígena Krenak e a administração estatal dos índios. *Arquivo do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 129-146, abr./jun. 2003.

DIAS FILHO, Antônio Jonas. *Sobre os viventes do Rio Doce e da Fazenda Guarany: Dois presídios federais para índios durante a Ditadura Militar*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

FERREIRA, Bianca Monteiro Porto da Cunha; SOUZA, Jheuren Karoline Costa de. Indígenas mulheres: vozes sobre o exílio Krenak. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 28-49, jul./dez. 2018.

FIOROTT, Tiago Henrique; ZANETI, Izabel Cristina. Tragédia do Povo Krenak pela Morte do Rio Doce/Uatu, no desastre da Samarco/Vale/BHP, Brasil.

Journal of Social, Technological and Environmental Science
Analysis, v. 6, n. 2, p. 127-146, 2017.

CHAMI ALVES, Bruno Simões. Parecer Psicossocial da violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o caso Reformatório Krenak. *Psicologia: Ciência & Profissão*, Brasília, v. 37, p. 186-196, 2017.

HATSBALERT, Rogério. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial descolonial na América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HAN, Byung-Chul. *O desaparecimento dos rituais: uma topologia do presente*. Petrópolis: Vozes, 2021.

MATT, Reyes. *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin "Sobre o conceito de história"*. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

NIMUENDAJU, Curt. *Organização social e crenças dos Botocudos do Leste do Brasil*. Brasília-DF: Funai, 2018.

PARAISO, Maira Hilda. Os Krenak do Rio Doce, a pacificação, o aldeamento e a luta pela terra. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 13., 1989, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ANPOCS, 1989. p. 27.

PARAISO, Maria Hilda. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Salvador: EDUFBA, 2014.

REIS, Rogério Costa; GENOVEZ, Patrícia Falco. Território Sagrado: exílio, diáspora e reconquista Krenak no Vale do Rio Doce, Resplendor, MG. *Boletim Goiano de Geografia Goiânia*, v. 33, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2013.

RESENDE, Ana Catarina Zema de. *Direitos e autonomia indígena no Brasil (1960 - 2010): uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SANTOS, Marco Aurélio Moura dos. Reformatório Krenak e Justiça de Transição: reflexos da Ação Civil Pública nº 006483-95.2015.4.01.3800. *Direito em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 196-213, 2022.

SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues; DEUS, José Antônio Souza de. Cartografia histórica de Curt Nimuendaju e a etnogeografia dos índios Krenak. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3. 2016. *Anais* [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 285-294.

SOARES, Geralda Chaves. *Os Borun do Watu: os índios do Rio Doce*. Congagem: CEDEFES, 1992.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.